



# COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

*VOLUME III*

*MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS*

dezembro / 2014

© 2014 – Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

## **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

José Carlos Dias

José Paulo Cavalcanti Filho

Maria Rita Kehl

Paulo Sérgio Pinheiro

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

Rosa Maria Cardoso da Cunha

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade

B823r

Brasil. Comissão Nacional da Verdade.

Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. –

Brasília: CNV, 2014.

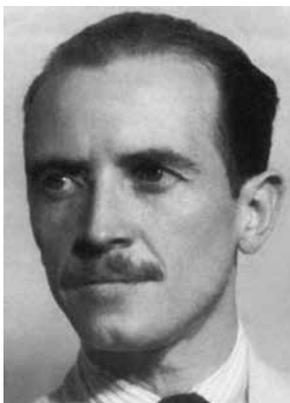
1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)

ISBN 978-85-85142-63-6 (Coleção digital)

ISBN 978-85-85142-66-7 (v. 3 digital)

1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violação de Direitos Humanos. 3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044



## ***PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAÚJO POMAR***

**FILIAÇÃO:** Rosa de Araújo Pomar e Felipe Cossio Pomar

**DATA E LOCAL DE NASCIMENTO:** 23/9/1913, Óbidos (PA)

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL:** deputado federal, jornalista, tradutor

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:** Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

**DATA E LOCAL DE MORTE:** 16/12/1976, São Paulo (SP)

### **BIOGRAFIA**

Nascido no Pará, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar era filho de Felipe Cássio Pomar, pintor e escritor peruano. Sua mãe, Rosa, era maranhense. A família de Pedro mudou-se para Nova York em 1918, quando ele tinha apenas cinco anos. Seus pais se separaram e, um ano depois da separação, ele e sua mãe voltaram a viver na cidade de Óbidos, no Pará. Com 13 anos, Pedro foi estudar em Belém, onde se envolveu com a movimentação política da década de 1930. Em setembro de 1932, participou da organização de um levante armado em apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Viveu um tempo no Rio de Janeiro, hospedado na casa da escritora Eneida de Moraes, militante comunista, a convite de quem entrou no Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>1</sup> Em 1933, voltou para Belém e, aos 19 anos, ingressou na Faculdade de Medicina. Em dezembro de 1935, casou-se com Catharina Patrocínia Torres, com quem viria a ter quatro filhos.

Aos 22 anos, em 1936, Pedro Pomar foi preso pela primeira vez. Saiu da prisão em junho de 1937 e passou a viver na clandestinidade. Foi preso novamente em setembro de 1939, durante o Estado Novo (1937-1945) e, em 5 de agosto de 1941, fugiu da prisão com a ajuda dos companheiros de partido, Maurício Grabois e Amarílio de Vasconcelos. Atuou na Comissão Nacional de Organização Provisória, cujo objetivo era reorganizar o PCB nacionalmente. Em

1945, após o fim do Estado Novo, concorreu à Câmara dos Deputados pelo estado do Pará, mas não foi eleito. Em 1947, voltou a concorrer ao cargo de deputado federal pela coligação PCB-PSP (Partido Social Progressista) e foi eleito com mais de 100 mil votos. Na condição de parlamentar, denunciou a violenta repressão política contra os comunistas, ajudou a encaminhar alguns perseguidos para a clandestinidade e prestou solidariedade aos presos.

Chefiou a delegação brasileira no Congresso Mundial da Paz, no México, em 1948, e integrou a delegação enviada ao Congresso Mundial da Paz de 1949, em Varsóvia. Seu mandato terminou em 1950, quando se viu impedido de concorrer a novo pleito uma vez que os comunistas estavam proibidos de se candidatar em quaisquer partidos. Na clandestinidade, foi retirado do secretariado nacional do PCB e mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde participou de diversas mobilizações operárias e populares contra a carestia dos anos de 1951 e 1952. Residiu, depois, no Rio de Janeiro e por dois anos na União Soviética. De volta ao Brasil, incorporou-se ao Comitê Regional Piratininga, responsável pela organização do partido na Grande São Paulo. Foi enviado a congressos internacionais do Partido Comunista, assistindo de perto a seus choques e a suas lutas internas. Paralelamente, envolveu-se nas lutas internas do PCB, o que fez que fosse perdendo posições de direção.

Traduziu livros e deu aulas para sobreviver na clandestinidade. Em 1962, como desfecho das divergências internas, participou da criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo. Pedro Pomar participou ativamente da organização do partido, foi escolhido membro do Comitê Central e também redator-chefe do jornal *A Classe Operária*.

Com o golpe militar de abril de 1964, a casa de Pedro foi vasculhada e destruída pela polícia. Ele teve sua prisão preventiva decretada ainda em abril, logo após o golpe. Em fins de 1964, passou a viver com a família, clandestinamente, em um bairro de classe média na cidade de São Paulo. Naquele período, atuou na instalação de militantes em regiões rurais no país e, por isso, realizou muitas viagens para estados como Goiás, Maranhão e Pará. Teve papel destacado na VI Conferência Nacional do PCdoB, em 1966. Ali, nascia uma nova crise interna, com a formação da Ala Vermelha. Como vinha discordando da linha política da direção do PCdoB, não integrava seu núcleo dirigente. Após a morte de três membros da Comissão Executiva, em 1972, passou a atuar na direção do partido. Pedro Pomar estava com viagem marcada para a Albânia, mas, em função de doença de sua esposa, cancelou a viagem e compareceu à reunião com dirigentes do PCdoB na casa da rua Pio XI, na Lapa. Morreu aos 63 anos de idade, executado por agentes do Estado, no episódio que ficou conhecido como “Massacre da Lapa”.

Enterrado com nome falso no Cemitério de Perus, em São Paulo (SP), teve seus restos mortais trasladados para Belém do Pará em 1980.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Pedro

Ventura Felipe de Araújo Pomar. Seu nome consta ainda no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

## CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foi morto, com Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond, no dia 16 de dezembro de 1976, no chamado “Massacre da Lapa”, em São Paulo. Nos dias 14 e 15 daquele mês, integrantes do Comitê Central do PCdoB realizavam uma reunião em uma casa no bairro da Lapa. O imóvel vinha sendo monitorado pelos órgãos de repressão porque Manoel Jover Telles, um dos integrantes do PCdoB, havia sido preso e delatado a reunião.

Na noite do dia 15, os militantes começaram a sair do imóvel da rua Pio XI separadamente, muitos deles sendo presos em seguida. Entre eles se encontravam Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, filho de Pedro Pomar, e Elza Monerat. Nos dias anteriores à chacina, documentos originados do comando do II Exército foram encaminhados a outras unidades militares e ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), informando que o referido imóvel estava sendo vigiado por agentes do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército e mencionando os nomes de alguns militantes participantes do encontro, como Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e Aldo Arantes.

A preparação da operação policial se iniciou no dia 10 de dezembro, quando o general de Brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, encaminhou ao coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança Pública de São Paulo, um ofício comunicando que o comando havia tomado conhecimento de que “reuniões clandestinas” entre membros do PCdoB estariam acontecendo na região da Lapa. O documento foi enviado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e, no mesmo dia, o delegado Sérgio Paranhos Fleury publicou uma portaria determinando que fosse realizada

uma investigação policial confidencial para acompanhar as diligências em andamento. No dia 14 do mesmo mês, o general Carlos Xavier de Miranda enviou outro ofício ao coronel Erasmo Dias informando a data, o horário e o local da operação policial para prender os militantes do PCdoB, e solicitando a montagem de um esquema de segurança com os objetivos de comunicar e “tranquilizar” os moradores da região, e de desviar o trânsito da rua onde aconteceria a operação.

Os agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, sediado em São Paulo, sob o comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, cercaram a casa na rua Pio XI. De acordo com a falsa versão divulgada pelos órgãos da repressão, os militantes que se encontravam no interior da casa reagiram à ordem de prisão, ao que teria se seguido uma intensa troca de tiros.

No final do dia, o II Exército publicou uma nota informando que, em colaboração com outros órgãos de segurança, conseguiu desmontar um “aparelho” no bairro da Lapa. A nota ainda informava da suposta reação dos militantes, que teriam atirado contra os agentes. Como resultado, dois dos militantes teriam sido mortos – Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e Ângelo Arroyo –, enquanto o terceiro, João Batista Franco Drummond, teria morrido atropelado enquanto tentava fugir.

De acordo com o relato de moradores vizinhos da casa onde ocorreu a chacina, não houve troca de tiros. Segundo as testemunhas, os tiros foram disparados do lado de fora da casa, onde estavam os agentes da repressão. Maria Trindade, uma das militantes que estava na casa, afirmou que não houve resistência armada ao cerco policial, e que as pessoas que estavam na casa não tiveram chance de escapar. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, de 3 de novembro de 1995, Maria Trindade recordou que, no momento em que a casa foi invadida, ela fazia café, quando ouviu um barulho como se estivessem jogando pedras nos vidros. Pouco tempo depois, viu Ângelo sair do

banheiro e ser atingido por uma bala que vinha do lado de fora. Enquanto isso, em outra parte da casa, os agentes mataram Pedro Pomar, que se encontrava na sala da casa.

A versão divulgada pelos órgãos da repressão também é questionada pela contradição entre o laudo pericial de local e o laudo de exame pericial das armas. Não há coincidência entre as armas descritas como tendo sido encontradas e periciadas. Além disso, há indícios de que os corpos tiveram suas posições modificadas e de que foram arranjados de maneira a demonstrar que estavam portando armas. No caso de Pedro Pomar, a montagem é notada por meio da posição de seus óculos. Era pouco provável que ficassem na posição em que supostamente foram encontrados após Pedro receber tantos tiros. Ainda que se considerem verdadeiras as imagens representadas nas fotos de local, elas indicariam que o militante estaria lendo no momento em que foi atingido, uma vez que, segundo testemunhas, Pedro Pomar apenas usava seus óculos para leitura e nunca para outra atividade.

O caso de Pedro Pomar foi referido pela Comissão Municipal da Verdade “Vladimir Herzog”, que realizou audiência pública em 2 de agosto de 2012 e recebeu os sobreviventes da chacina, Aldo Arantes e Wladimir Pomar. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” realizou audiência pública sobre o caso de Pedro Pomar e demais vítimas do Massacre da Lapa, em 8 de agosto de 2013. O jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar encaminhou à Comissão Nacional da Verdade, em 7 de agosto de 2014, um depoimento contendo informações a respeito do planejamento do Massacre da Lapa, no qual cita nomes de agentes envolvidos.

Os restos mortais de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foram enterrados com nome falso no cemitério de Perus, em São Paulo. Em 1980, sua família conseguiu identificar seu corpo e realizar o traslado para Belém (PA).

## **LOCAL DE MORTE**

Rua Pio XI, nº 767, Lapa, São Paulo, SP.

## IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

### 1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

#### 1.1. DOI-COD/III EXÉRCITO

**Presidente da República:** general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

**Ministro do Exército:** general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

**Comandante do II Exército:** general de Exército Dilermando Gomes Monteiro

**Chefe do Estado-Maior do II Exército:** general de Brigada Carlos Xavier de Miranda

**Comandante do DOI:** tenente-coronel Paulo Rufino Alves

**Chefe da Seção de Investigação do DOI:** capitão Ênio Pimentel da Silveira

#### 1.2. DOI-COD/II EXÉRCITO

**Presidente da República:** general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

**Ministro do Exército:** general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

**Comandante do I Exército:** general de Exército José Pinto de Araujo Rabello

**Chefe do Estado Maior e do CODI do I Exército:** general de Brigada Leônidas Pires Gonçalves

#### 1.3. CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE)

**Presidente da República:** general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

**Ministro do Exército:** general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

**Chefe do CIE:** general de Brigada Antonio da Silva Campos

**Chefe da Seção de Operações do CIE:** coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

#### 1.4. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DEOPS)

**Governador do estado de São Paulo:** Paulo Egydio Martins

**Secretário de Segurança:** coronel Erasmo Dias

**Delegado-Geral de Polícia:** Joaquim Humberto de Moraes Novaes

**Diretor do DEOPS:** Tácito Pinheiro Machado

**Delegacia de Ordem Social do DEOPS:** Sérgio Fernando Paranhos Fleury

## FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

### 1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, p. 5.	Certidão de óbito, de 16/1/1978.	Registro Civil/14º Subdistrito.	Atesta o óbito.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, p. 19.	Certidão de óbito retificada, de 7/4/1980.	Registro Civil/14º Subdistrito.	Inclui o nome inteiro de Pedro Pomar.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, p. 29.	Ofício S/Nº-E/2, de 10/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a informação de que o II Exército descobriu a realização de “reuniões clandestinas” e aponta nomes de alguns militantes envolvidos.
Arquivo <i>Brasil: nunca mais</i> digital: Pasta BNM_043, p. 30.	Portaria, de 10/12/1976.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).	Confirma recebimento de ofício do II Exército que informa sobre “reuniões clandestinas” de militantes do PCdoB e determina a abertura de investigações, de caráter confidencial, para acompanhar as diligências realizadas.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0071_0007, p. 30.	Ofício S/Nº-E/2, de 14/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento enviado ao Secretário de Segurança Pública informando que o DOI-CODI realizará uma operação visando à prisão de militantes do PCdoB no dia 16 de dezembro e solicitando a montagem de um esquema de segurança no endereço.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0071_0007, pp. 31-32.	Ofício S/Nº-E/2, de 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento do comando do II Exército ao Secretário de Segurança Pública relatando os resultados da operação. Aponta que a casa onde ocorreu a chacina já estava sendo vigiada desde o dia 13 e apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
Arquivo <i>Brasil: nunca mais</i> digital: Pasta BNM_043, pp. 34-35.	Ofício S/Nº/76-E/2-DOI, de 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
Arquivo <i>Brasil: nunca mais</i> digital: Pasta BNM_043, p. 29.	Portaria, de 16/12/1976.	DOPS.	O delegado Sérgio Paranhos Fleury determina a abertura de inquérito policial e apresenta a falsa versão de que Pedro e Ângelo foram mortos ao reagirem à prisão.
Arquivo <i>Brasil: nunca mais</i> digital: Pasta BNM_043, p. 108.	Identificação dos corpos, de 16/12/1976.	Seção de Estudos e Laudos/Instituto de Identificação Civil e Criminal.	Confirma que os corpos são de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Além disso, apresenta a falsa versão de que foram mortos em tiroteio.
Arquivo Nacional, SNIG: ASP_ACE_11303_82, p. 3.	Informação nº 7023, 16/12/1976.	Sistema Nacional de Informações.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao resistir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0071_0007, pp. 63-67.	Laudo de exame de corpo de delito, 17/12/1976.	IML.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao reagir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0071_0007, pp. 75-80.	Esquema gráfico do laudo de exame de corpo e fotos, data não especificada.	IML.	Apresenta as lesões no corpo das vítimas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0014_0002, p. 17.	Matéria de jornal: “Desmantelada célula do PCdoB, 3 mortos”, data não especificada.	Não identificado.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0014_0002, p. 19.	Matéria de jornal: “Subversivos morrem em tiroteio”, 17/12/1976.	Diário Popular.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0071_0007, pp. 41-45.	Laudo, 27/12/1976.	Instituto de Criminalística.	Laudo de exame de armas supostamente utilizadas pelos militantes, onde são listadas outras armas não indicadas no laudo de local, apontando que a pesquisa de resíduos de combustão de pólvora apresentou resultado positivo em três armas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNBSB_AT0_0071_0007, pp. 34-40.	Laudo, 28/12/1976.	Instituto de Criminalística.	Laudo de exame de local que apresenta a falsa versão de que houve uma troca de tiros e indica que tiros teriam sido desferidos de dentro para fora do imóvel. Indica como supostas armas usadas pelos militantes um revólver Taurus e uma carabina Winchester.
Projeto <i>Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, pp. 1751-1789.	Relatório de Inquérito Policial, 14/2/1977.	DOPS.	Destaca a ação de desmantelamento do “aparelho” do PCdoB no bairro da Lapa em São Paulo e apresenta a falsa versão de que Pedro e Ângelo foram mortos ao resistir à prisão.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_AN_BSB_VAZ_001_0061, pp. 6-7.	Encaminhamento nº 089, 25/2/1977.	2ª Seção/Quartel General/IV Comando Aéreo Regional.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao reagir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, p. 7.	Solicitação de retificação de assentamento do registro de óbito, 26/2/1980.	Wladimir Ventura Torres Pomar/ Escritório de Advocacia Mario Masagão Filho S/C.	Confirma que Pedro foi enterrado com nome falso.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, p. 10.	Mandado, 26/3/1980.	1ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.	Determina a alteração do atestado de óbito identificando corretamente o nome de Pedro Pomar.

## 2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Pedro Estevam da Rocha Pomar, jornalista e neto de Pedro Pomar.	Arquivo CNV, depoimento de Pedro Estevam da Rocha Pomar à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública, em São Paulo, 8 de agosto de 2013, 00092.003338/2014-45.	Apresenta o que foi o Massacre da Lapa e identifica elementos que desconstruem a falsa versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, em um acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Ex. em troca de dinheiro e empregos.
Aldo Arantes.	Arquivo CNV, relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: NUP 00092.000810/2013-15, pp. 81-91.	Relata que foi preso após a reunião na casa da rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas. Aponta os delegados Sérgio Fleury e Romeu Tuma como responsáveis pelas torturas no DOPS.
Wladimir Ventura Torres Pomar.	Arquivo CNV, relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: 00092.000810/2013-15, pp. 77-81.	Relata que foi preso após a reunião na casa da rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas por cerca de 47 dias. Aponta Ênio Pimentel como comandante da operação do DOI-CODI/II Ex.
Pedro Estevam Rocha Pomar	Arquivo CNV, 00092.001734/2014-38.	Apresenta o que foi o Massacre da Lapa e identifica elementos que desconstruem a falsa versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, num acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Ex., em troca de dinheiro e empregos. Descreve com riqueza a tortura vivenciada pelos demais integrantes do PCdoB presos na operação e demonstra como a casa estava sendo plenamente monitorada, sem que houvesse necessidade das mortes que ocorreram.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foi executado em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), a alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.